

Prioridades

Está prevista para 17 de Julho corrente, em Lisboa, a constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), instrumento importante para impulsionar a divulgação do idioma luso no espaço geográfico da CPLP e órgão de concertação de programa de acções capazes de imprimir uma nova dinâmica no posicionamento oficial dos Governos dos países envolvidos face à reestruturação da atmosfera linguística internacional e à intervenção lusófona na defesa de interesses comuns de Portugal e dos Palops/Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Assinala-se que na segunda-feira transacta terminou em Lisboa a Primeira Conferência Interparlamentar no âmbito do projecto da CPLP e, em conformidade com um despacho da agência noticiosa Lusa, o encontro concluiu «com um manifesto apoio à institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa como meio privilegiado de diálogo».

Estiveram reunidos, durante dois dias, parlamentares de diversas formações políticas de Portugal e dos Palops, em S. Bento.

O dr. Durão Barroso, presidente da Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação, elucidou a comunicação social que o Brasil, que também foi convidado a participar neste encontro, «não compareceu devido ao momento extremamente activo que o país atravessa e que, lamentavelmente, impediu a constituição de uma delegação do Congresso brasileiro a deslocar-se a Lisboa». A I Conferência Interparlamentar no âmbito do projecto da CPLP contou, no entanto, com a presença do embaixador brasileiro em Portugal, Itamar Franco.

Assinala-se que nas conclusões do encontro foi ainda destacada «a necessidade de se proceder ao reforço da cooperação cultural, da luta contra o racismo e a xenofobia e do combate ao tráfico de droga». Por outro lado, «a conferência debateu a situação nos países participantes e recebeu uma delegação da resistência do povo maubere, a qual realçou a vontade em concertar esforços para que o povo de Timor-Leste exerça livremente o direito à autodeterminação, expressando ainda a sua condenação pelas violações dos direitos humanos praticadas naquele território».

Salienta-se que os deputados participantes na I Conferência Interparlamentar exprimiram apoio à realização anual de encontros similares, bem como à promoção de jornadas parlamentares, de periodicidade regular, visando debater assuntos específicos, refere a Lusa, para adiantar que Angola disponibilizou-se para acolher o próximo encontro que deverá decorrer até ao final deste ano, tendo em conta que a constituição da CPLP está agendada para 17 de Julho corrente em Lisboa.

Importante também é o facto de, no final do encontro da semana passada em Lisboa, as delegações à conferência terem sido recebidas, em audiência, pelo presidente da República Portuguesa, dr. Jorge Sampaio, que além de exercer o cargo oficial máximo no Estado luso é um grande defensor da língua portuguesa, na sua própria prática cívica de homem de cultura vastíssima, que teve a oportunidade de estudar no estrangeiro e, por isso mesmo, intelectual aberto aos horizontes da interpenetração dos valores culturais que possam enriquecer a vida dos povos quando a Humanidade se prepara para entrar num novo milénio.

Gostaria de pôr à consideração dos leitores o facto de as Comunidades Portuguesas espalhadas pelos países de acolhimento em várias partes do Mundo poderem também vir a beneficiar directamente da estratégia e dinâmica da CPLP. Com efeito a aposta num diálogo privilegiado entre países ligados por laços históricos e culturais será vantajosa para Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe já que a língua veicular comum terá de receber novos impulsos de expansão, consolidação e nova dinâmica de ensino quer a nível das camadas analfabetas (crianças e adultos), quer a nível dos jovens nas escolas secundárias e universidades.

A Comunidade Portuguesa da África do Sul tem o papel especial de participar na triangulação entre a RSA, Angola e Moçambique, uma situação estratégica de relacionamento motivada não só em factores culturais, de intercâmbio artístico, de desporto e recreio mas, fundamentalmente, pela interacção de vectores económicos que vão flexir nos novos afluentes do desenvolvimento da região austral do nosso continente. Portugal — que enfrenta o desafio da prioridade que constitui a integração na Europa e a dinâmica de adequação a novas fórmulas de vivência comunitária — não poderá relegar para planos secundários o combate linguístico, tendo em conta que os dois maiores países dos Palops, Moçambique e Angola, são alvo das investidas dos idiomas Inglês, Francês, Espanhol e Alemão que querem implantar-se nos grandes vácuos que o tecido linguístico português tem fora das principais cidades moçambicanas e angolanas. Apesar da rádio, televisão, imprensa diária e semanal serem em língua portuguesa, verificou-se que as campanhas eleitorais multipartidárias em ambos os países tiveram o recurso determinante das emissoras difundindo nas línguas maternas, uma prova irrefutável da inexistência da expressão portuguesa sobretudo nos meios rurais.

A dinâmica da Língua Portuguesa tem de incidir também em todas as comunidades lusas nos numerosos países de acolhimento espalhados pelo Mundo, para que se ganhem as novas gerações de luso-descendentes. No entanto, é evidente que a África do Sul, Suazilândia e Namíbia são países prioritários na triangulação portuguesa na África Austral com Moçambique e Angola.

ASSUNÇÃO DE ALMEIDA